

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS – A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA¹

Environmental non-governmental organizations – the actions of civil society in Curitiba and metropolitan area

Cleusa Mara Wolsky CARNEIRO²

Sony Cortese CANEPARO³

RESUMO

O presente artigo busca realizar um diagnóstico das principais ações das organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas que atuam em Curitiba e Região Metropolitana, bem como estuda as relações estabelecidas por estas organizações na mobilização da sociedade para a construção de um meio socialmente justo e ambientalmente sustentável. Para tanto foram levantadas, as principais atividades realizadas por estas organizações nas últimas décadas através de entrevistas com seus representantes, visitas às sedes e levantamento de documentos institucionais. O estudo revela que as ONGs, ao entenderem que houve uma redução da participação do Estado neste setor e utilizando-se do poder a elas instituído pela população, procuram realizar ações que promovam um modelo sustentável de desenvolvimento. Para tanto, necessitam criar uma rede de relacionamentos que envolva comunidade, agentes privados e públicos e ONGs, com o objetivo de conhecer os problemas, apontar soluções e elaborar modelos de intervenções ambientais, legitimando, assim, suas ações. Sendo assim, a territorialidade que estas organizações procuram criar, dependem de decisões integradas e de uma busca contínua por pessoas, informações e mobilizações, configurando novos atores sociais e assegurando as atividades e o desenvolvimento destas organizações.

Palavras-chave: Organizações Não Governamentais (ONGs); Ambientalismo; Redes Sociais.

ABSTRACT

The present article aims at achieving a diagnosis of the major actions of the environmental non-governmental organizations (NGOs) that actuate in Curitiba and Metropolitan Area. It also studies the relations established by these organizations to build a place socially fair and environmental sustainable. In order to do that the main activities of these organizations in the last decades were raised through interviews with their representatives, visitations to the central office and verification of the institutional documents available. The paper explains that the NGOs search to make actions that raise a sustainable model of development, since they understand that the State reduced the participation in this sector and that the people gave them power for it. To achieve so, they need to create a net of relationships between the community, the private and public agents and the NGOs, with the objective of learn the problems, point at the solutions and to develop environmental interventions models to legitimize their actions. That way, the territoriality that these organizations seek to create depend of integrated decisions and of a continuous search of people, information and mobilization, to set up news social actors and to ensure the development of the activities of these organizations.

Keywords: Non-Governmental Organizations (NGOs); Environmentalism; Social Networks.

1 Este artigo é parte integrante de Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2009.

2 Mestre em Geografia - UFPR, cleusa.wol@uol.com.br.

3 Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR, Professora Associada do Depto de Geografia – UFPR, sony@ufpr.br

INTRODUÇÃO

A sociedade civil, nos últimos anos, tem demonstrado uma crescente participação nas discussões, elaborações e execuções de políticas públicas. Visando defender seus direitos, ela se organiza criando as chamadas “ONGs”, Organizações Não Governamentais, com capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento socioambiental do país.

De certo modo, elas são a resposta dada pela sociedade à falência de diferentes setores governamentais sem que isso signifique, no entanto, que o seu surgimento se dê em substituição ao Estado. Por apresentarem uma credibilidade e capacidade de formar redes de comunicações, as ONGs podem ocupar com eficácia espaços e lacunas deixados pelo Estado. Além, é claro, “de serem usadas pelo próprio Estado, atolado em uma máquina burocrática sucateada incapaz de desempenhar as suas incumbências” (MATTOS, 2002, p. 14).

Ao longo dos anos, observa-se uma multiplicação destas organizações não governamentais e neste mosaico de organizações, providas de uma capacidade singular de executar ações locais em diferentes setores, especial atenção será despendida ao trabalho das ONGs ambientalistas, as quais se apresentam como um eficiente instrumento de planejamento e execução de políticas públicas na área ambiental ao promoverem o trabalho voluntariado, ao despertarem o sentimento de cidadania e ao ajudarem na conscientização da população acerca da preservação do meio ambiente, como bem afirma Mattos (2005, p. 190).

Analisando o panorama atual, observa-se que nem a diplomacia mais tradicional e nem a economia global serão capazes de lidar com os desafios postos pela crise ambiental que ora se descortina. Tal situação, sem precedentes, coloca a sociedade em uma situação de propor uma nova forma de política que contenha novos dimensionamentos e diretrizes para que, harmonicamente, possa obter um somatório de caminhos mais positivos e menos onerosos para a resolução dos problemas que ora se apresentam, principalmente, daqueles ligados à ordem ambiental.

O desenvolvimento econômico encontra-se consolidado nas alterações dos padrões sociais, políticos e institucionais, enfim, em todas as mudanças que possuam como objetivo o aproveitamento racional dos recursos naturais e a capacidade de produção de determinada região, de determinado povo, para o desempenho consciente e seguro, necessário à elevação

de padrão de vida das pessoas. O aproveitamento da produção ecológica, dos recursos naturais e da energia social, presentes em todos os tipos de valores e nas práticas costumeiras de cada região, carecem de apoio, de orientação, para a manutenção de um meio ambiente perfeitamente viável e, principalmente, saudável. E é nesta lógica produtiva moderna que as ONGs ambientalistas encontraram seu nicho de atuação, disseminando ideias, estratégias e possibilidades para a solução dos diversos problemas que se descortinam.

Desta forma surge a necessidade de conhecer as ações realizadas pelas ONGs que atuam em prol do meio ambiente a fim de compreender a capacidade que apresentam na mobilização da sociedade e na formação de redes de ações voltadas para a construção de um meio socialmente justo e ambientalmente sustentável. Para tanto, este artigo apresentará o resultado da pesquisa realizada com organizações não governamentais ambientalistas sediadas em Curitiba e Região Metropolitana que procurou verificar como estas organizações planejam e executam suas ações, como desenvolvem as relações com a comunidade e como manifestam a preocupação com a eficácia das suas atividades, além de observar se existe e como ocorre a formação de redes de atuações entre as ONGs e os demais atores da sociedade, como governo, empresas e a comunidade.

A PESQUISA E A ESCOLHA DAS ORGANIZAÇÕES

A presente pesquisa utilizou a estratégia qualitativa, pois, segundo Richardson *et al.* (1999, p.80) esta metodologia pode descrever a complexidade de determinados problemas, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por determinados grupos sociais.

O método utilizado foi o estudo de caso, caracterizado por um estudo intensivo, em que é levada em consideração a compreensão, como um todo, do assunto investigado (FACHIN, 2001, p. 42). De acordo com Yin (2005, p.19) o estudo de caso é utilizado quando as perguntas que guiam a pesquisa são do tipo como e por que e quando o objetivo principal é estudar um fenômeno contemporâneo inserido em contextos da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Estes estudos podem contar com o apoio da estatística e ainda meios auxiliares podem ser utilizados como formulários, entrevistas ou até mesmo, em casos excepcionais, o

questionário como instrumento de pesquisa (FACHIN, 2001, p. 42).

Com relação ao levantamento de dados, optou-se por realizar uma consulta direta aos representantes das organizações, pois, segundo Mattos (2002, p. 64), essa forma de coleta de dados “permite um levantamento mais autêntico das demandas, expectativas e problemas, freqüentemente não captados através dos canais formais de comunicação (questionários enviados pelo correio ou pela Internet)”. Nesta forma de coleta de dados o depoimento e o discurso do entrevistado, fielmente reproduzidos, são as principais fontes da pesquisa.

Além das entrevistas pessoais, foram analisados documentos impressos das instituições, como documentos de projetos, *folders*, jornais, panfletos, fotos, dentre outros, bem como foram visitados sites das instituições ou projetos e notícias publicados em meio eletrônico.

Para a escolha das organizações de estudo foi realizado um levantamento, de caráter exploratório, das entidades a serem pesquisadas, o qual foi realizado junto aos órgãos ambientais das prefeituras dos municípios abrangidos pela pesquisa e nos cadastros de Órgão Ambientais como o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA), Cadastro de Entidades Não Governamentais (CEENG), Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA) e ECOLISTA.

O universo total das instituições levantadas resultou numa amostra de 62 organizações não governamentais ambientalistas, cadastradas ou citadas pelas prefeituras. Porém, na tabulação deste cadastro, houve um decréscimo bem acentuado, em primeiro lugar, devido à grande parte das instituições não possuírem seus cadastros atualizados, e em segundo lugar, num número menor, não apresentarem relação direta com a área da pesquisa (RMC).

Em seguida foi elaborado um questionário para a entrevista, o qual foi testado e, quando necessário, realizados os ajustes necessários para a realização das entrevistas.

Na etapa seguinte, as organizações que potencialmente participariam das entrevistas foram contatadas, por telefone ou correio eletrônico, com a finalidade de sondar se as mesmas estavam dentro do escopo de trabalho, bem como se haveria interesse em participar da pesquisa e, caso positivo, agendar as entrevistas. A seguir ocorreu a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários pela autora, com os representantes das organizações. Considerando-se que nem todas as perguntas eram pertinentes a todas as instituições, algumas foram deixadas de lado durante a entrevista, bem como outras foram acrescentadas no decorrer da

conversa, devido à necessidade de uma compreensão maior de uma determinada atividade e/ou informação. Utilizando, desta forma, a técnica de entrevista semiestruturada.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ONGS

Devido à pluralidade e a heterogeneidade destas organizações é difícil atribuir-lhes uma definição única e precisa. Porém, existem alguns critérios que podem ser adotados para se designar um ator social como ONG, embora nem sempre sejam fáceis de serem estabelecidos, que são: não pertencer ao governo, embora possam atuar em parceria com ele; não fazer parte do setor privado tradicional (empresas); não possuir fins lucrativos e empregar seus recursos nas atividades-fim; possuir certa organização formal (registro legal além de uma racionalidade baseada em documentos, estatutos, assembleias, etc); envolver algum nível de trabalho voluntário; apresentar um caráter público (BOVO, 2002, p. 28).

A nosso ver estas organizações não devem se constituir um mero agrupamento de pessoas, mas sim, apresentar uma estrutura formalmente constituída, outra característica desejável é que possuam autonomia na realização de suas ações, não se submetendo a nenhum poder ou hierarquia e, por fim, que atendam as demandas da sociedade civil, apresentando projetos que realmente contemplem o bem-estar e a ampla participação da comunidade.

Entretanto, estas organizações podem desempenhar papéis diferentes nos diversos países. Em muitos ajudam a formular as políticas públicas, em outros, atuam como fiscais de projetos ou, ainda, fazendo denúncias de arbitrariedades do governo, que vão desde violações dos direitos humanos até a omissão no cumprimento de compromissos públicos, nacionais ou internacionais. Em alguns países são criadas espontaneamente como associações civis de base; em outros são criadas de cima para baixo, ora aliando-se ao Estado para exigir do Mercado uma perfeita igualdade dos custos sociais e ambientais de suas produções; ora aliando-se ao Mercado para exigir do Estado a realização de reformas democráticas, que aumentem sua eficácia administrativa (BREDARIOL; VIEIRA, 1998, p. 107).

Portanto, não é somente o Estado que vem demandando a expansão das ONGs, mas também, as empresas do setor privado. Diversas destas organizações têm buscado parceiros para seus investimentos

sociais na ânsia de construir uma imagem de empresas socialmente responsáveis, lançando assim novos desafios para as ONGs, já que agora precisam atender a demanda e estímulos provenientes de seus parceiros públicos e privados (FERREIRA, 2005, p. 48).

Inúmeras vezes as ONGs são vistas por uma diversidade de olhares que acabam assumindo uma responsabilidade por vários aspectos de intervenção social que nem sempre significam o que elas fazem de maneira efetiva, ou tem a capacidade de fazer. Em determinados momentos, as ONGs são caracterizadas como meio efetivo para salvação de determinado setor ou necessidades sociais, já em outros momentos, são caracterizadas como responsáveis pela problemática de determinada ideia ou de determinado planejamento que não tenha obtido êxito (HADDAD, 2000, p. 1).

O papel das ONGs brasileiras está em transfor-

mação, pois conforme Bailey (1999, p. 110), elas nasceram como movimentos sociais relativos a direitos civis e combate à pobreza, com uma atitude altamente crítica em relação ao Estado e ao setor privado, e atualmente, sofrem pressões para buscar novas formas de sustentação financeira, necessitando, para tanto, fortalecer relações com outros organismos privados ou estatais. O caminho destas organizações é um constante desafio de superação de seus próprios limites em busca de novos horizontes para a sociedade. São pequenos organismos democráticos, são referências, lugares de inovação e de criação de novos processos. Estas organizações se parecem muito mais com extraterrestres, de uma utopia futura do que de uma sociedade democrática, apresentando-se como laboratórios do futuro. Entretanto, “para criar o mundo futuro partimos do presente, e aí estão os desafios” (LIMA, 2002, p. 85).

A QUESTÃO AMBIENTAL EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

Pode ser dito que a questão ambiental na cidade de Curitiba tem seu início com o planejamento urbano da cidade, datado entre 1853-1854, quando da emancipação política do estado do Paraná. Nessa época, foram propostas algumas reformas na infraestrutura urbana da cidade, sobretudo no que diz respeito ao arruamento e à retificação das principais ruas. Desde então, a cidade passou por pequenas, mas numerosas, mudanças no que dizem respeito à infraestrutura urbana, sendo que o denominador comum a elas era a modernização.

De acordo com Menezes (1996, p. 105), em fins dos anos 60 e início dos anos 70, a modernização agrícola acelerada e a construção de grandes hidrelétricas impulsionaram o fluxo migratório para a capital, levando a uma ocupação forçada de áreas consideradas desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental. Neste contexto surge a Região Metropolitana de Curitiba e com ela muitos loteamentos clandestinos ou não, que atraíam as famílias de baixa renda, ora em áreas aconselháveis para habitação, ora em áreas de mananciais (MENEZES, 1996, p. 109).

A questão ambiental propriamente dita, relacionada com a cidade de Curitiba, pode ser colocada da seguinte forma: “Anos 70: cidade funcional, cidade humana, cidade laboratório. Anos 90: capital ecológica, cidade modelo, cidade com melhor qualidade de vida do país, capital brasileira de Primeiro Mundo”.

No entanto, ao mito da cidade “ecológica”, cidade “modelo”, encontra-se associado com o modo de vida das camadas médias, ocorrendo um apagamento das diferenças sociais para a difusão das imagens do lugar, divulgando-se estilos de vida, hábitos de apropriação do espaço que fazem parte, visivelmente, da classe média (GARCÍA, 1997, p. 71).

A partir da década de 80 observa-se a busca de uma posição relativa de liderança da cidade de Curitiba perante outros territórios, para tanto criou-se um *city marketing* como mecanismo institucional de promoção e venda da cidade. A partir de então, a imagem da “cidade que deu certo”, da “capital da qualidade de vida”, impulsionou o desenvolvimento de novas atividades econômicas, que se apropriaram da positividade socialmente construída (GARCÍA, 1997, p. 108-111).

Surge então a necessidade de se definir uma política ambiental que não fosse efêmera, mas que modificasse os valores e práticas com relação ao meio ambiente, visando oferecer uma permanente qualidade de vida à população (MENEZES, 1996, p. 153).

A partir da década de 1990, a questão ambiental mundial ganha novo impulso com a Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992. Neste período Curitiba ganha o reconhecimento por seus programas recebendo diferentes prêmios por suas ações ambientais. Nestas premiações, havia o reconhecimento pelos resultados

alcançados na promoção do desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida.

Todavia, não se pode deixar de mencionar que o *city marketing* produzido mediante divulgação de sistemas articulados de estilos de vida e imagens apresenta um outro lado que se constrói na exclusão e segregação. A imagem-mito da cidade esconde bolsões de miséria na periferia e áreas metropolitanas que a fazem estar mais próximas do Quarto Mundo do que do Primeiro Mundo. A propaganda de Curitiba envolve métodos e estratégias que fazem com que o espaço urbano seja adaptado, sempre que possível, às necessidades e interesses de determinados grupos que visam à implementação de condições favoráveis à realização de suas atividades (GARCÍA, 1997, p. 120-123).

Neste processo observa-se de um lado Curitiba, com sua política ambiental que procurava assegurar uma qualidade de vida aos seus moradores e, do outro, uma Região Metropolitana carente de projetos socioambientais. Ocorrendo, segundo Fowler (2000, p. 90) uma total desarticulação entre Curitiba e os demais municípios integrantes da RMC. Surgindo a necessidade de um planejamento com uma abordagem metropolitana,

pautado numa gestão regional fundada em acordos, compensações e pactos territoriais que priorizem “a atuação nas áreas segregadas de Curitiba e Região Metropolitana, como forma de conter a miséria, superar as desigualdades e garantir os direitos da cidadania”.

Mostra-se necessário, a partir de então, a busca de programas e projetos integrados para os municípios metropolitanos e de articulações dos diversos órgãos atuantes na região. Pois, devido à disparidade existente entre os municípios é imprescindível que os recursos existentes sejam compartilhados, e o planejamento ocorra em diversas áreas como, por exemplo, a de uso do solo, emprego e renda, saneamento básico, reciclagem de lixo e transporte coletivo, proteção e preservação do meio ambiente, dentre outras (FOWLER, 2000, p. 91).

Os problemas apresentados tanto pela capital como pelos municípios integrantes de sua região metropolitana precisam ser enfrentados mediante políticas públicas integradas. Faz-se necessário elaborar programas de ação, que contemplem todos os municípios possibilitando, desta forma, um controle socioambiental dos municípios metropolitanos como um todo.

PERFIL DAS ONGS AMBIENTALISTAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

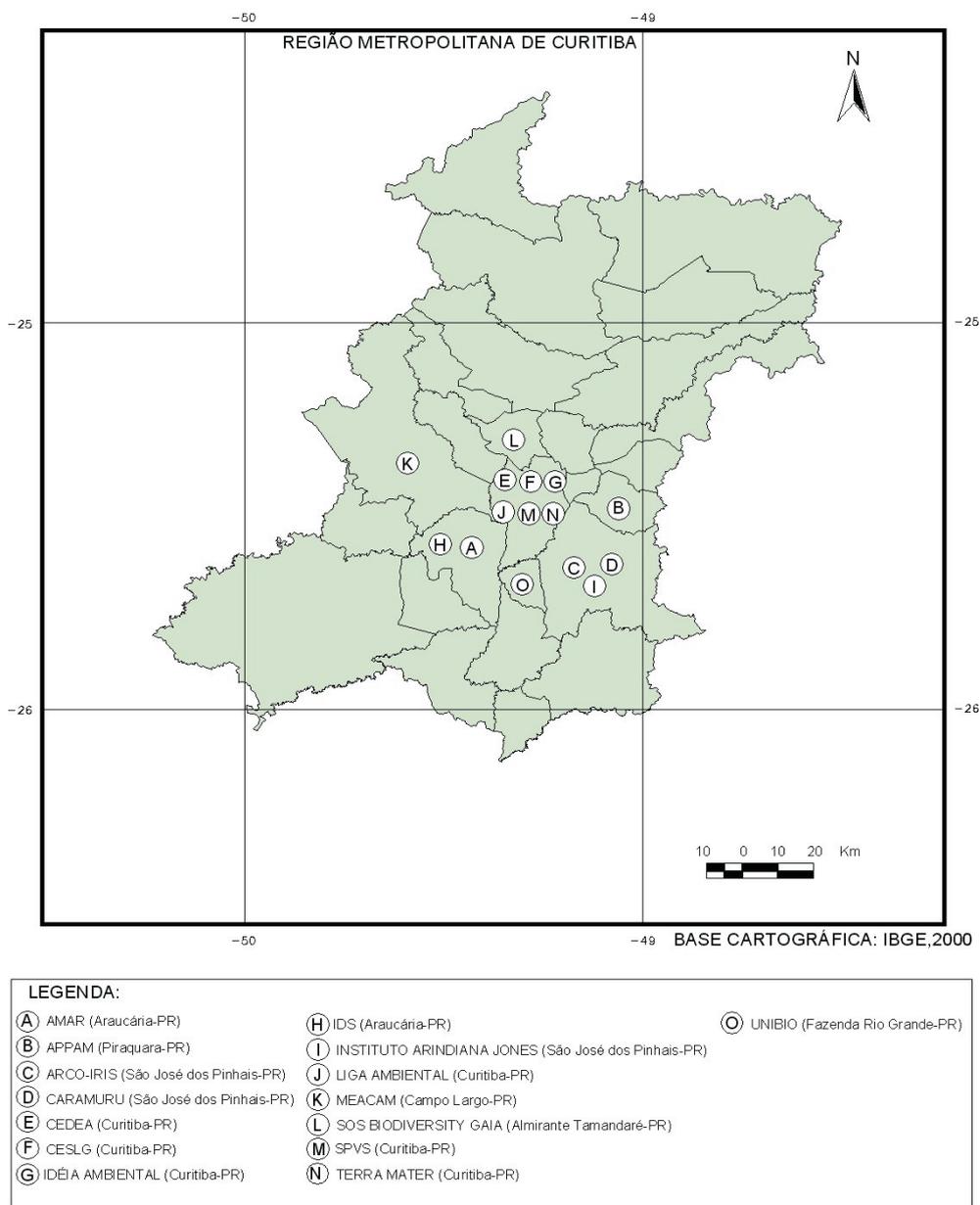
As organizações não governamentais ambientalistas que fizeram parte do universo desta pesquisa foram em número de quinze: AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária; APPAM - Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar; ARCO-ÍRIS - Associação de Defesa da Natureza; Caramuru - Organização de Proteção Ambiental e Conservação; CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental; GESLG - Grupo Escoteiro São Luiz Gonzaga; IDEIA AMBIENTAL- Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza; IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável; Instituto Sócio Ambiental Arindiana Jones; Liga Ambiental; MEACAM - Movimento Ecológico Amigos do Cambuí; TERRA MATER - Instituto Indigenista e de Estudos Sócio Ambientais; SPVS - Sociedade de

Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental; SOS – Biodiversity Gaia; UNIBIO - Universidade Livre de Proteção à Biodiversidade.

A localização da sede destas organizações pode ser observada no mapa 1, o qual permite verificar que todas as entidades participantes da pesquisa estão localizadas próximas à cidade polo e que a maior concentração está no município de Curitiba. Concluindo, desta forma, que as áreas mais distantes do núcleo central da RMC estão desprovidas destas instituições.

Porém, tais dados, não indicam que estas áreas não sejam beneficiadas pelas ONGs existentes, apenas há uma ausência de uma participação mais enfática da sociedade civil pertencente a estes municípios. A existência ou não de atividades nestas áreas poderá ser observada nos próximos tópicos.

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS SEDES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



Após análise dos dados coletados verifica-se que a formalização institucional da maioria das organizações ocorreu na década de 1990 constatando-se que as ONGs ambientalistas atuantes na Região Metropolitana de Curitiba seguem a tendência nacional de surgimento após a ECO-92, evento que fez com que esta temática ganhasse uma notoriedade maior, criando um ambiente propício ao encontro de grupos e organizações.

Tais instituições procuram dedicar seus trabalhos às ações de sensibilização ambiental, a projetos com comunidades locais, a formação de opinião e a disseminação de informações. Desta forma, oferecem condições para que os atores se apropriem do processo de construção e compreensão de suas realidades e do meio ambiente em que vivem, formando redes de movimentos que buscam mobilizar a comunidade local

em torno de uma proposta a ser desenvolvida, criando verdadeiros formadores de opiniões.

Tais ações vêm ao encontro das ideias de Claval *apud* Dias (1995, p. 148), quando este afirma a importância da formação de redes como instrumento de poder, ao escrever que “os poderes centrais se dedicam, agora, mais à mobilidade das idéias e das ordens do que àquela das pessoas”.

Esta tendência já foi citada por Born (2003, p. 113), quando destaca, dentre as funções do movimento ambientalista no Brasil, a “disseminação e multiplicação de idéias e práticas de atuação”, levando as experiências adquiridas em suas militâncias aos cidadãos para que formem uma rede de conhecimentos e ações em prol do meio ambiente.

O trabalho destas organizações está focado principalmente na sociedade em geral, certificando duas tendências que se complementam: uma de que, por mais mudanças que ocorram no contexto socioeconômico e político brasileiro, as ONGs não deixaram de lado o motivo principal de sua gênese, isto é, o apoio às causas populares; e outra tendência é que estas organizações, ao observarem a ineficiência das ações governamentais, concentram-se no sentido de complementar, ou substituir, tais ações por outras que resultem em reais benefícios para a sociedade e o meio ambiente. Assim, ao agir em uníssono com a comunidade, as ONGs procuram legitimar o seu poder, formando territorialidades onde elas possam exercer suas atividades, implantar suas ideias, modificar o meio, através do aval e do auxílio das pessoas que ali vivem.

Ao analisar os espaços de maior representatividade das organizações, verifica-se que, mesmo encontrando áreas de maior ênfase do que outras, como as atividades relacionadas à área socioambientais, conservação da biodiversidade, legislação e políticas públicas (incluindo neste item denúncias e divulgação de fatos e problemas), há uma distribuição equitativa entre elas, demonstrando que estão preparadas para atuarem em várias esferas por possuírem um amplo leque de representações.

Por meio da divulgação de fatos relacionados ao meio ambiente e à comunidade em geral, as ONGs procuram criar redes de conhecimento e conscientização que levam à validação de seus trabalhos junto à população. Desta forma, as redes aparecem como instrumentos que viabilizam duas estratégias destas organizações: a comunicação e a ação. Observa-se que o fator comunicação é de suma importância no trabalho destas entidades, tanto em forma de denúncias, como na de conversas com a população, entrevistas e discussões realizadas em encontros relacionados

ao tema ou nos conselhos. Desta forma, as redes de comunicações formadas vencem distâncias, físicas e ideológicas, eliminando possíveis obstáculos, gerando um determinado domínio de uma ONG em certa esfera, levando ao exercício do poder.

Ao verificar a participação das ONGs entrevistadas em fóruns e conselhos ficou evidente a grande representatividade destas organizações em tais espaços públicos, corroborando com Furriela (2002, p. 165), quando afirma que “historicamente, a participação das ONGs em conselhos ambientais tem sido sempre muito combativa, investigadora e, em alguns momentos, radical, mas sempre presente”.

A grande participação em fóruns e conselhos é uma estratégia utilizada por estas instituições visando o fortalecimento e o sucesso de suas ações, pois são nestes lugares que surgem a oportunidade e o poder de influenciar as políticas públicas. É através das discussões e das trocas de informações ocorridas nestas reuniões, que ocorre uma maior apreciação das questões sociais, ambientais, políticas, entre outras, além do fortalecimento do trabalho em rede, caso o objetivo das ações e as barreiras a serem vencidas sejam semelhantes.

Lembrando que a participação destas entidades nestes espaços é sempre oportuna e necessária, independente da posição política adotada. A importância desta participação, de acordo com Mattos (2002, p. 73), “se dá no fato de proporcionar a possibilidade das ações destas instituições acontecerem de maneira independente dos governos, o que conota uma continuidade destes trabalhos”.

As indagações também buscaram conhecer como são constatadas as necessidades locais que justifiquem as atividades e implantação dos projetos, acreditando ser complexo para estas entidades realizar ações, instituir o poder, criar territorialidades, sem estar em comum acordo com o grupo, uma vez que, elas não têm o poder, mas estarão no poder enquanto estiverem atuando em concordância com a maioria, uma vez que a vontade da maioria fundamenta o exercício do poder (ARENDR, 1985, p. 24).

Considerando a atuação destas entidades em Curitiba e Região Metropolitana nos últimos anos, observa-se que as atividades são praticadas de acordo com a demanda interna da comunidade a qual é verificada através de denúncias realizadas ou durante conversas com a população local ou com aquela diretamente atingida por um determinado impacto. Em espaços públicos como conselhos, fóruns, comitês, também surgem nichos de atuações para estas organizações, pois são lugares onde o conhecimento e a discussão

dos problemas e possíveis soluções aspiradas pela sociedade fluem constantemente. Em menor número, têm-se menções sobre a omissão do poder público e sobre a necessidade ecológica da região em estudo.

O fator comunicação torna-se de suma importância para o trabalho destas entidades, pois as redes de comunicações formadas vencem distâncias, físicas e ideológicas, eliminando possíveis obstáculos, levando ao conhecimento das ONGs a vontade comum e os objetivos aspirados pela sociedade, permitindo a

criação de territorialidades inseridas no universo dos valores socialmente aceitos.

Ao verificar a escala de abrangência das ações observa-se que as entidades entrevistadas apresentam vários níveis de abrangências, do local ao internacional, porém, embora a maioria das organizações tenha afirmado possuir uma atuação nacional, as territorialidades desenvolvidas por estas instituições formam-se em locais próximos às suas sedes, como pode ser observado no mapa 2.

MAPA 2 – ÁREAS DE ATUAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



LEGENDA:

<p>(A) AMAR (Araucária-PR, Contenda-PR, Curitiba-PR, Fazenda Rio Grande-PR, Paranaguá-PR)</p> <p>(B) APPAM (Piraquara-PR, Pinhais-PR, Bacia do Rio Iguaçu, Serra do Mar-PR)</p> <p>(C) ARCO-IRIS (São José dos Pinhais - PR)</p> <p>(D) CARAMURU (Serra do Mar, Litoral do Paraná, Curitiba-PR, Quatro Barras-PR, São José dos Pinhais-PR)</p> <p>(E) CEDEA (Matinhos-PR, Vale do Ribeira-PR, Região Metropolitana de Curitiba)</p> <p>(F) CESLIG (Curitiba-PR e Quatro Barras-PR)</p> <p>(G) IDEIA AMBIENTAL (Campinha Grande so Sul-PR, Curitiba-PR, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)</p> <p>(H) IDS (Jacareizinho-PR, Parque Nacional do Iguaçu, Curitiba-PR, Almirante Tamandaré-PR, Araucária-PR, Biocaixa do Sul-PR, Campo Largo-PR, Colombo-PR, Contenda-PR, Piraquara-PR, São José dos Pinhais-PR, Rio Branco do Sul-PR, Campina Grande do Sul-PR, Quatro Barras-PR, Mandrituba-PR e Balsa Nova-PR)</p>	<p>(I) INSTITUTO ARINDIANA JONES (Entre Rios-PR e Guarapuava-PR, São José dos Pinhais-PR, Tijucas do Sul-PR, Curitiba-PR e Pinhais-PR)</p> <p>(J) LIGA AMBIENTAL (Bacia do Rio Tibagi-PR e Curitiba-PR)</p> <p>(K) MEACAM (Campo Largo-PR)</p> <p>(L) SOS BIODIVERSITY GAIA (Porto Amazonas-PR e Almirante Tamandaré-PR)</p> <p>(M) SPVS (APA de Guaraqueçaba - PR, todo o Estado do Paraná, região Sul do Brasil)</p> <p>(N) TERRA MATER (todo o estado do Paraná, São Miguel do Iguaçu - PR, Balsa de Paranaguá - PR)</p> <p>(O) UNIBIO (São Francisco do Sul - SC, São Mateus do Sul - PR e Fazenda Rio Grande-PR)</p>
--	---

Considerando o mapa 2, observa-se que a área de atuação da maioria das organizações é o município onde estão sediadas, estendendo-se para os municípios da RMC, para o litoral do Paraná e Serra do Mar e, finalmente, todo o estado do Paraná. Somente algumas desenvolvem atividades fora do Estado, verificando-se que há uma facilidade maior de detecção dos problemas e das possíveis soluções, quando estes ocorrem mais próximos à realidade das ONGs. Concluindo, desta forma, que as redes de contatos e ações formam-se com maior eficiência e força quando se conhece as necessidades e os problemas do lugar, resultando em laços mais estreitos entre o que é proposto por estas organizações e o que é imperativo para a comunidade local.

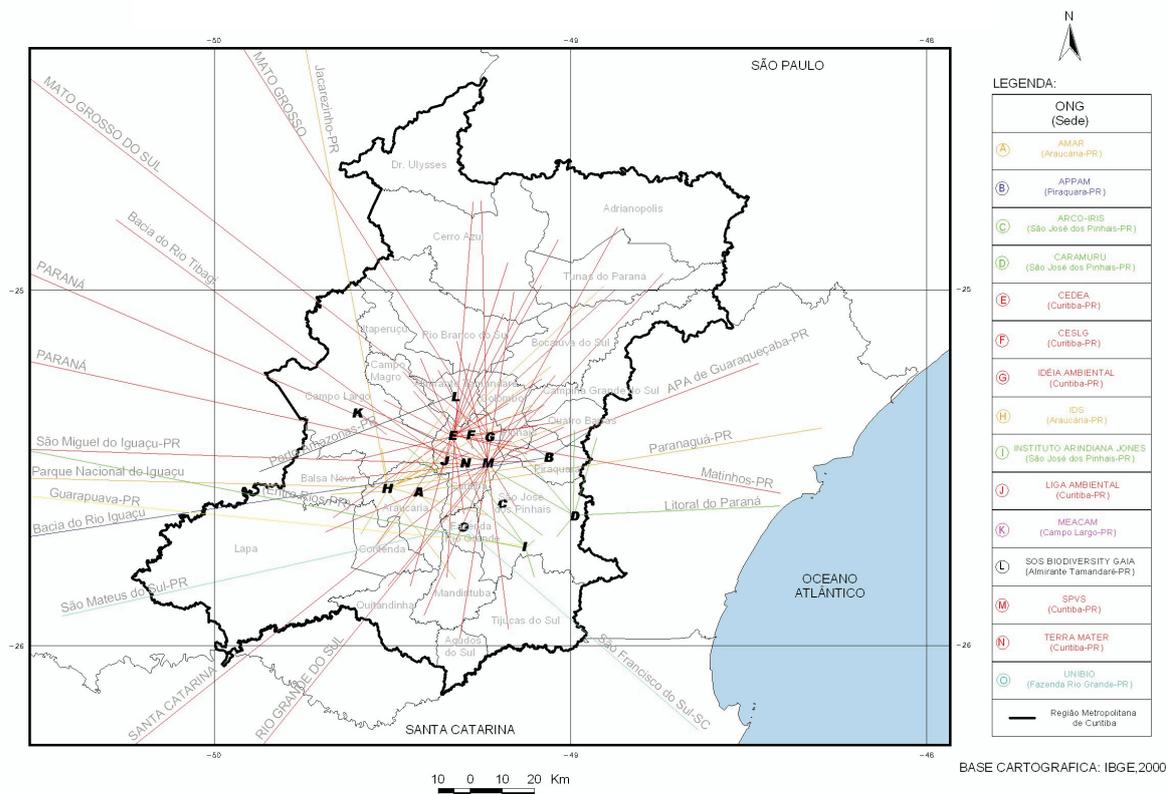
Entretanto, cabe ressaltar que as ONGs que desenvolvem seus projetos em âmbito local são aquelas estabelecidas para atender uma demanda mais específica que uma determinada comunidade ou local presente. No entanto, aquelas que atuam nacional e internacionalmente, por apresentarem projetos que

ultrapassam os limites político-geográficos, necessitam de uma infraestrutura maior, de um determinado nível de profissionalização de seus integrantes e de articulações mais eficientes.

Ao verificar a abrangência das ações, observa-se que as ONGs formam verdadeiras redes de atuações, pois, ao articular-se com a população de cada região, de cada lugar, formam territorialidades diferentes, as quais são mantidas pelas múltiplas escalas de poder e de identidade, derivadas de cada instituição. As redes formadas por estas diversas territorialidades apresentam-se móveis, pois nem sempre estas instituições conseguem uma aprovação total das comunidades onde atuam, deixando lacunas para a formação de novas redes, às vezes mais fortes que as anteriores, ou então de lacunas que não são preenchidas.

As redes de atuações formadas pelas organizações entrevistadas podem ser visualizadas no mapa 3, o qual foi elaborado a partir de informações constantes no mapa 1 (sedes das ONGs) e no mapa 2 (áreas de atuações das ONGs).

MAPA 3 – REDES FORMADAS PELOS LOCAIS DE ATUAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS



Ao realizar a análise do mapa 3 verifica-se, com maior clareza, que grande parte das organizações pesquisadas apresenta sua sede na cidade de Curitiba ou nos municípios limítrofes a ela, formando redes de atuações mais densas nestas regiões. Os municípios mais distantes da cidade polo não deixam de ser beneficiados pelas ações destas organizações, entretanto suas atividades formam uma rede menos densa, indicando que as preocupações também estão voltadas para estas regiões, porém, em menor intensidade.

Outro fator a ser ressaltado é com relação à escala de abrangência das ações destas organizações, pois, quando perguntado a elas qual a área de atuação da instituição, grande parte respondeu "nacional", porém ao analisar o mapa 3 verifica-se que a rede formada pelas áreas de atuações apresenta-se visivelmente mais densa nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba. Desta forma observa-se que, mesmo que estas organizações procurem uma articulação entre o local e o nacional, as interações ocorrem mais frequentemente entre os atores locais ou regionais.

Ao fazer um apanhado geral das ações e dos projetos relacionados pelas ONGs constata-se que a maioria das organizações realiza atividades voltadas à Educação Ambiental, algumas direcionadas a questões como recursos hídricos, resíduos sólidos, reciclagem e geração de rendas, conservação de ecossistemas; outras são aplicadas de uma forma mais ampla, englobando diversos setores. Observa-se, também, a grande quantidade de denúncias formais realizadas pelas ONGs ambientalistas, sendo que estas abrangem diversas áreas, dentre as quais destacam-se resíduos sólidos, lixo tóxico, esgoto, fauna, rios, degradação de ecossistemas.

Projetos socioambientais específicos, voltados para a comunidade local, não são muito frequentes. O que ocorre são projetos ambientais que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, ou os que procuram fazer campanhas de sensibilização, demonstrando ações ambientalmente corretas para a população. Porém, poucos visam fazer um trabalho de base com a comunidade, isto é, que se inicie por ela e tenha ramificações ambientais.

As preocupações estão voltadas, em primeiro lugar, para a sociedade em geral sendo englobados neste quesito os participantes de clubes, telespectadores, integrantes de feiras, entre outros. Em segundo lugar está a comunidade do entorno e em terceiro plano estão as crianças e adolescentes, seguidos de perto por estudantes. Portanto, ao agir em uníssono com a comunidade, elas legitimam o seu poder, formando territorialidades onde podem exercer suas atividades,

implantar suas ideias, modificar o meio, pois possuem o aval e o auxílio das pessoas que ali vivem.

A maioria das pessoas envolvidas nas ações destas organizações são os técnicos e integrantes das ONGs, o poder público (Prefeituras, Secretarias da Educação, da Cultura do Meio Ambiente, dentre outras) e as entidades de ensino (fundamental, médio e superior). Interessante observar que a comunidade aparece somente em quarto lugar, seguida pelo Ministério Público, por voluntários e empresas.

Com relação aos resultados alcançados até o momento, verifica-se que as ações foram positivas, pois conseguiram sensibilizar e mobilizar os atores envolvidos, sendo que alguns casos apresentaram um retorno social fenomenal; houve a criação de associações, espaços de lazer, de leis municipais e estaduais; ações similares foram reproduzidas em outros locais e por outras instituições; as denúncias foram atendidas ou ainda estão em tramitação legal. E, quanto aos resultados pouco satisfatórios, observou-se que algumas organizações não conseguiram dar continuidade aos seus trabalhos devido à mudança de governantes, fazendo com que os projetos fossem interrompidos, ou devido a pouca participação e interesse da comunidade, do poder público ou do público alvo.

A mobilização da população nas atividades propostas pelas ONGs ocorre e é ativa quando o que está sendo proposto vem ao encontro das necessidades e anseios da população. Porém, a falha de comunicação e o receio do poder fundado na autoridade, levam a certa omissão da população no momento de agir em benefício do grupo. Por fim, as dúvidas, os receios ou as aprovações parciais das atividades, mostram que as redes formadas deixam lacunas a serem preenchidas.

De uma maneira geral, a maioria das ONGs conta com a participação da comunidade em suas ações, dizendo ter uma relação próxima com a população, afirmando que quanto mais interagida a ONG estiver das necessidades locais, maior será a participação comunitária. Entretanto, algumas organizações, ao colocarem uma posição contrária, afirmam que percebem certa acomodação e descomprometimento da população, pois eles querem resultados práticos e rápidos, mas não demonstram interesse em se envolver com os problemas e suas possíveis soluções, surgindo ações isoladas e desarticuladas. Outras vezes, por falta de formação ou de informação, a comunidade acaba não valorizando o trabalho das instituições, uma vez que não consegue ver a necessidade de tais ações.

Ao analisar a relação existente entre ONGs e Governo, verifica-se que as instituições não possuem uma visão muito otimista frente às ações governamentais e

que, a conexão que as ONGs procuram formar com os órgãos governamentais, no exercício de suas ações, está longe de ser a ideal para as atividades lograrem o sucesso almejado. Dificuldades como a morosidade na liberação de recursos financeiros para desenvolvimento de projetos, excesso de procedimentos burocráticos e descontinuidade das ações, foram os problemas mais relacionados. As menções que afirmam não encontrar dificuldades, também não encontram uma ação em conjunto, apenas uma “ideia” de desenvolver parcerias ou um não entrar na esfera do outro, mas não um trabalho que envolva ação conjunta entre as partes.

Considerando a participação da iniciativa privada percebe-se o pouco interesse das empresas com relação ao meio ambiente, ao desenvolvimento de ações integradas que levem ao bem comum ou, simplesmente, em apoiar as iniciativas das ONGs. Para elas, ONGs ambientalistas são vistas como a oposição, como entidades que querem prejudicar, querem denunciar, querem policiar suas atividades. Embora, atualmente, as empresas estejam manifestando um maior interesse pela área ambiental, ainda existe um certo preconceito com o trabalho destas instituições, dificilmente encontra-se uma união das forças. Algumas empresas só participam de certos projetos que deem retorno de mídia, sendo que, para a grande maioria, o foco não é o trabalho social ou o ambiental, propriamente dito, apenas associar sua marca ao “ambientalismo”.

Por fim, ao analisar a preocupação das entidades ambientalistas com a eficácia de suas atividades e os efeitos de suas ações, percebe-se que a maioria das instituições desenvolve mecanismos que procuram verificar os frutos de suas ações, mas nem sempre o monitoramento ocorre da maneira desejada devido à limitação de recursos financeiros e humanos para esta atividade. Por isso as ONGs precisam contar com a grande participação e interesse da comunidade em dar continuidade ao que foi proposto e implantado pelas ONGs.

CONCLUSÃO

Um país democrático se faz pelo exercício participativo em todas as suas esferas de poder e as entidades não governamentais têm influenciado, de maneira benéfica, neste processo. As ONGs apresentam-se como novas formas de governança, intermediando governantes e cidadãos, configurando-se através das redes formadas como verdadeiras “costuradoras” de

programas de ações que melhor aproximem intenções governamentais e necessidades comunitárias, oferecendo às ações uma cobertura e uma capilaridade que os órgãos governamentais, por um ou outro motivo, não conseguem alcançar.

Neste estudo foi observado que, na área pesquisada, as organizações não governamentais ambientalistas procuram realizar ações que envolvam a comunidade local, oferecendo, através de programas de sensibilização, condições para que estes atores sociais compreendam suas realidades e o ambiente em que habitam, constituindo verdadeiras redes de atuação em torno de um objetivo comum a ser atingido. O fato de apresentarem como público-alvo, principalmente, a sociedade em geral e a comunidade do entorno, certifica que elas procuram agir em uníssono com a comunidade, legitimando o poder a elas atribuído, formando novas territorialidades onde possam implantar suas ideias, exercer suas atividades, melhorando a qualidade de vida das pessoas que ali habitam.

As redes de atuações que estas entidades procuram formar precisam, necessariamente, da participação da comunidade, para tanto se faz necessário conhecer a comunidade, perceber seus anseios, preocupações e inquietações e somente então, elaborar e implantar as ações, ou seja, agir depois de conhecê-la. No entanto, a formação destas redes não é simples, pois a população nem sempre tem a consciência de que ela faz parte de um todo, demonstrando certas vezes um sentimento egoísta, individualista, atuando apenas quando lhes interessa ou quando a atividade não necessita de muito empenho e envolvimento. Por isso as entidades precisam visar uma mudança paulatina de mentalidade, procurando mostrar através de atitudes práticas o discurso por elas apresentado na teoria, fazendo com que as pessoas entendam que é somente através da participação comunitária que as mudanças podem ocorrer, que estas mudanças precisam ter continuidade e que a continuidade depende desta rede de ações formadas pelas pessoas.

Nos casos estudados, embora a comunidade não tenha demonstrado grande empenho na participação das ações propostas, ela procura olhar com ‘bons olhos’ as iniciativas propostas pelas entidades. As instituições estudadas não encontram grandes problemas nas parcerias feitas com a comunidade, no entanto, a acomodação e o descomprometimento dos atores locais podem influenciar positiva ou negativamente na formação das redes de ações, sendo preciso um grande envolvimento ONGs – comunidade para que as atividades sejam implantadas e tenham um contínuo segmento.

No estabelecimento de suas territorialidades,

as ONGs procuram formar uma teia de relações com diferentes setores, no entanto, a relação existente entre ONGs e Estado está longe de ser a ideal para se conseguir o sucesso almejado, pois, devido aos entraves burocráticos e aos sistemas ineficientes apresentados pelo Estado, o andamento das atividades é prejudicado. Tal situação se repete quando se analisam as relações estabelecidas com o setor privado. A participação das empresas é pífia, pois, a visão do lucro se sobrepõe ao bem estar comum e como as mudanças sociais e ambientais requerem investimentos, são relegadas a segundo plano.

Preocupadas com a eficiência e a eficácia dos seus resultados, os erros e acertos são verificados e analisados na tentativa de se compreender todo o processo, sua dinâmica e seus resultados, No entanto, estes monitoramentos soam um tanto quanto superficiais, devido à limitação de recursos humanos, materiais e financeiros, tornando-se imprescindível a participação da população para dar continuidade ao que foi proposto.

A falta de articulação entre as ONGs paranaenses, o ativismo pago e profissionalizado, a necessidade de se adquirir competência técnica para a elaboração dos projetos, a falta de articulação e o pouco comprometimento dos atores sociais, a ausência de consciência

de cidadania, que necessitam serem revistos pelas organizações num todo, para que estas entidades não acabem abrindo mão daquele núcleo que as formou, ou seja, o compromisso com as questões sociais, a ação cidadã.

Para finalizar coloca-se que as ONGs estudadas possuem um dinamismo, adaptável às novas realidades, mutáveis e mutantes, perfeitamente antenadas à marcha da humanidade. Utilizando-se do poder a elas atribuído, da comunicação e do convencimento, universalizam a preocupação ambiental, formando redes que se revelam muito mais eficazes que os esforços governamentais. Elas não são uma resposta final para todos os problemas socioambientais, mas mobilizam energias em prol do meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência ecológica, fazendo com que indivíduos e governos tornem-se mais conscientes de suas responsabilidades. A capacidade de autoorganização e a estrutura operacional por elas apresentada torna-se, cada dia, mais complexa, em virtude disso, e de toda inviabilidade política que se descortina, só resta o endosso a estas entidades, para que sirvam como mola propulsora para o implemento de metas que venham a investir em recuperação, manutenção e melhoria das condições sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Da violência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- BAILEY, M. Fundraising in Brazil: the major implications for civil society organisations and international NGOs. *Development in Practice*, Londres, v. 9, n. 1-2, february 1999.
- BREDARIOL, C.; VIEIRA, L. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BORN, R. H. Articulação do capital social pelo movimento ambientalista para a sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século XXI*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 107-121.
- BOVO, C. R. M. *Anistia internacional: roteiros da cidadania-em-contrução*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; COSTA GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.141-162.
- FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FERREIRA, V. C. P. *ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento*. 271 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.
- FOWLER, M.B. A necessidade de novos instrumentos da política urbana. In: LIMA, Renato Eugenio de (Coord). *Uso dos solos e dos rios conceitos básicos e aplicações para a região de Curitiba*. Curitiba: UFPR, 2000.
- FURRIELA, R. B. *Democracia, cidadania e proteção ao meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GARCÍA, F. E. S. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- HADDAD, S. Apresentação. ONGs identidade e desafios atuais. *Cadernos ABONG*. São Paulo: Autores Associados, 2000. p. 1-2.
- LIMA, S. M. F. *ONGs uma investigação sobre sua natureza*. 210 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MATTOS, S. M. S. N. *Perfil das ONGs ambientalistas atuantes na Baía de Guanabara, 1990-2001, RJ*. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

MATTOS, S. M. S. N.; DRUMMOND, J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONGs ambientalistas na Baía

de Guanabara (1990-2000). *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 24, p. 177-192, jun. 2005.

MENEZES, C. L. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas: Papirus, 1996.

RICHARDSON, R. J. *et al. Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 2005.

